

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1.** O objeto do presente Termo de Referência é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de bandeiras para uso nos mastros localizados na parte frontal externa do edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Santarém.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** É indispensável suprir a unidade de estoque mínimo, visto que a reposição periódica de bandeiras se faz necessária pela sua deterioração inevitável causada pela exposição às intempéries naturais.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Modalidade

- 3.1.1.** Será adotada a modalidade dispensa de licitação com base no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, visto que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ 17.600,00, a ser realizado no ambiente do Comprasnet, por cotação eletrônica.

3.2. Critério de julgamento das propostas

- 3.2.1.** Será adotado o critério de julgamento do “menor preço”, sendo declarada vencedora a proposta que, atendidas às especificações desse Termo de Referência, ofertar o menor preço para o produto da cotação eletrônica.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

- 4.1.** De acordo com as especificações técnicas no item 6.

5. REQUISITOS DA LICITANTE

5.1. Qualificação técnica

- 5.1.1.** Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto o objeto da presente cotação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela licitante.

6. ESTIMATIVA DE CUSTO, QUANTIDADE E DETALHAMENTO

Tabela de preço unitário máximo aceitável

Item	Quantidade	Descrição	Valor unitário Máximo	Valor total por item
01	12	04 Bandeiras do Brasil, 04 Bandeiras do Estado do Pará e 04 Bandeiras do Ministério Público Brasileiro no formato 2,5 panos, confeccionada em tecido tergal verão com 76% de poliéster e 24% de algodão, 190 g por linear pente 9 a 2 com 22 batidas do fio 167 a torção, urdume fio 30 a 2 poliéster algodão. As costuras devem ser duplas, com linha 100% poliéster de 18 mm. Os bordados são aplicados em dupla face em tecido sobre tecido e devem ser feitos com ponto cheio fechado, de 3 a 5 mm de largura, com linha 100% poliéster de 18 mm. O reforço de sustentação ao longo da largura das bandeiras deve ser confeccionado em tergal, com 3 a 6 cm de largura, de acordo com o tamanho, na mesma cor das bandeiras, com fundo monocromático ou em branco, para as bandeiras de fundo multicolorido. As bandeiras devem ser fornecidas com cordão de seda de algodão trançado nº 4, na cor branca. As bandeiras devem ser confeccionadas conforme as normas da ABNT 16.286 e 16.287	R\$ 194,26	R\$ 777,04
VALOR TOTAL			R\$ 2.331,12	

7. REGIME DE EXECUÇÃO

- 7.1.** A Contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência em parcela única, de acordo com a nota de empenho emitida em favor da vencedor.
- 7.2.** O produto objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue no endereço: **Avenida Marechal Castelo Branco, nº 915 - Bairro da Interventoria - CEP 68020-820 – Santarém/PA, em até 15 dias úteis, contados após o envio da nota de empenho.** A entrega deverá ser feita em dias úteis, durante o horário de expediente normal da Procuradoria. Sendo a data limite de entrega ocorrendo em final de semana ou feriado, será considerado como prazo final o dia útil subsequente.
- 7.3.** A Contratada fornecerá o produto conforme as especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.4.** O prazo de validade da proposta apresentada deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias.
- 7.5.** Constatadas irregularidades no produto entregue, a Procuradoria da República no Estado do Pará poderá:

7.5.1. Em relação à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o setor demandante ou fiscal responsável motivadamente sobre o assunto, cabendo à Contratada providenciar a substituição em conformidade com a indicação do setor ou fiscal responsável, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito;

7.6. A Procuradoria da República no Estado do Pará não caberá qualquer ônus pela rejeição de produto considerado inadequado pelo setor ou fiscal responsável.

7.7. Caberá à Contratada o recolhimento do produto por ela fornecido e considerado inadequado pelo setor ou fiscal responsável.

7.8. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, e com a anuência do setor ou fiscal responsável.

7.8.1. Para os fins do item acima, a Contratada deverá enviar por email, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Efetiva entrega, o objeto será recebido:

8.1.1. provisoriamente, quando houver essa necessidade, pelo setor ou fiscal responsável receptor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e

8.1.2. definitivamente, pelo setor responsável ou fiscal, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, quando houver e após verificação das especificações do objeto.

8.1.3. A partir do envio da nota de empenho começará a correr o prazo para a entrega do produto que será de até 10 dias corridos.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no Termo de Referência e seus anexos:

9.1.1. manter, durante a execução ou contratação, as condições de habilitação;

9.1.2. efetuar o pagamento, quando houver, de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução ou a contratação;

9.1.3. manter preposto para representá-lo, se for necessário;

9.1.4. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações da execução ou contratação a terceiros;

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. receber o produto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

- 10.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, defeitos ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do setor/fiscal responsável designado para esse fim;
- 10.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do produto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1 A Procuradoria da República no Estado do Pará pagará à Contratada o valor correspondente ao bem efetivamente entregue e aceito, por meio de depósito na conta-corrente da Contratada, seguindo a Portaria SG/MPF n.º 174/2019 (<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>) ou de acordo com o inciso II do art.24 da Lei n.º 8.666, de 1993, observado o disposto no seu §1º ou trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, para os demais casos.
- 11.2. A fatura ou nota fiscal deverá ser encaminhada através do **Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF** e em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará - CNPJ 26.989.715/0019-31.
- 11.3. O MPF/PA não se responsabilizará pelo atraso no pagamento, quando o documento de cobrança for entregue por outro meio ou fora do prazo estabelecido, ou quando contiver alguma inconsistência que impossibilite o pronto pagamento.
- 11.4. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da Contratada, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação, sendo ilícita a inclusão de qualquer atualização monetária ou incidência de juros em virtude de atraso provocado pela Contratada.
- 11.5. Serão recolhidos na fonte, os tributos devidos, especificados na Nota Fiscal, bem como na legislação tributária pertinente
- 11.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devido pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional deverá apresentar a devida comprovação (Declaração de Optante do Simples – assinado eletronicamente, não sendo aceito assinatura digitalizada) a fim de evitar, no momento do pagamento efetuado pela CONTRATANTE, a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstos na IN RFB n. 1.234/2012, sem prejuízo de informar, imediatamente, ao CONTRATANTE qualquer alteração na situação declarada.

11.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula ou sem prejuízo, seguirá a Portaria SG/MPF n.º 174/2019 :

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

8.1 I	8.2 I =	8.3 I = 0,00016438
=	(6/100)/365	8.4 TX = Percentual da taxa
(TX)		anual = 6%

12. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. A avença decorrente deste Termo de Referência terá vigência até o recebimento definitivo do produto.

13. REAJUSTE

13.1. Não cabe solicitações de reajuste em produto com entrega imediata.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993 para a presente aquisição, não foram estabelecidas, neste Termo de Referência, obrigações futuras para o cumprimento pela Contratada, não sendo razoável, portanto, a exigência de garantia.

15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- Gestão/Unidade: 200075/00001
- Fonte: 0100
- Programa de trabalho: 03062003142640001
 - Elemento de despesa: 30 - Material de Consumo

16. SANÇÕES E PENALIDADES

16.1. Pelo atraso injustificado na execução ou contratação, seja pela sua inexecução total ou parcial, a Contratada ficará sujeita às sanções e penalidades aplicadas conforme constam na Instrução Normativa SG/MPF n.º 02, de 03 de março de 2020 (<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>).

Belém-PA, 25 de julho de 2022.

JEFFERSON LIMA FEIJO

Supervisor de Licitações e Disputas
Eletrônicas